



DIA DA CNIS

Direitos fundamentais no seio das IPSS em reflexão e debate



SEGUNDA OPORTUNIDADE

IPSS podem ajudar a criar rede nacional de escolas



MONTEMOR-O-VELHO
30 anos ao serviço dos mais idosos de Santo Varão



HUMANITAS
Nova Direção aposta no diálogo e participação das instituições



CORONAVÍRUS
IPSS devem estar atentas e seguir orientações da DGS

José Leirião
Membro da CNIS



A economia do Papa Francisco

Quando, em 1970, o economista americano Milton Friedman escrevia que a única responsabilidade social das empresas era a de gerar lucro e maximizá-lo para os accionistas, talvez não se tivesse a noção de que a sua doutrina iria prevalecer nos 50 anos seguintes. Mas foi o que aconteceu, conduzindo a uma situação de desigualdade económica e aumento da pobreza a nível mundial inaceitáveis. Não podemos aceitar que em muitas empresas o ordenado de um CEO seja cem vezes mais que o de um trabalhador. Actualmente, começam a existir propostas alternativas, falando-se muito do denominado **capitalismo dos stakeholders (partes interessadas)** ainda muito indefinido.

De referir também que, finalmente, instituições mundiais como a OCDE, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, recentemente, têm-se pronunciado sobre a **crecente desigualdade económica** referindo que a mesma é prejudicial ao crescimento económico, à criação de emprego e de riqueza, sendo necessário uma nova visão da economia.

Até que ponto é que é possível desenraizar uma doutrina tão arraigada e substituí-la por uma outra que em vez de maximizar o lucro

para o acionista **pretende unir os benefícios sociais e ambientais ao retorno financeiro?** Só será possível se os jovens quiserem e acreditarem plenamente que é isso que os jovens querem impulsionados por uma Figura Mundial e o que ela representa: o Papa Francisco.

Com efeito, no passado dia 1 de Maio de 2019, o Papa Francisco endereçou um convite aos jovens economistas e empreendedores de todo o mundo para comparecerem num evento a ter lugar de 26 a 28 de Março de 2020, na cidade de Assis, o qual permitirá encontrar-se com jovens interessados num outro tipo de economia, **“uma economia que traga vida e não a morte, que seja inclusiva e não exclusiva, que seja humana e não desumanizadora, que se preocupe com o ambiente em vez do espoliar, isto é, para confezirem uma alma à economia do amanhã.”** Como era de esperar este encontro está a ser aguardado com enorme expectativa em todo o mundo.

Certamente irão realizar-se variadas palestras pelo mundo dedicadas a este tema. Em Portugal já se realizaram algumas iniciativas na passada semana e passo a transcrever um

breve apontamento da palestra do economista e Professor Luís Cabral, conceituado professor da NYU Stern e da ASESE (Portugal, sobre a questão de como **criar uma economia que coloque no seu centro a pessoa e o ambiente é, de uma forma muito geral, um dos desígnios do Papa Francisco. Quão longe está esta visão do actual modelo económico?** A resposta do professor foi a seguinte: *“Há sinais de que as pessoas, os media, as autoridades, etc., estão alertadas para estes desígnios. No entanto, a realidade — nomeadamente a realidade da política económica — fica ainda aquém do que seria desejável, nomeadamente os aspectos da política ambiental que têm natureza global (especificamente, problemas de alterações climáticas).”*

O conceituado economista e professor assume que existem motivos, e até vontade, para se mudar o modelo económico actual, apesar de a prática ficar muito aquém da teoria. E, com o capitalismo a atravessar uma crise de meia-idade, empresas e cidadãos estão igualmente a ser afectados pelos ventos da mudança... Tenhamos esperança que essa mudança aconteça ainda durante esta década.

CNIS/LOSANGO MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Protocolo pretende reduzir custos das IPSS

A CNIS e a Losango assinaram um protocolo de seguros que pretende obter os custos mais baixos para cada IPSS filiada na Confederação, usando para tanto uma consulta permanente ao mercado.

Este acordo prevê uma melhor gestão dos riscos designadamente no “apoio na prevenção dos riscos de acidentes de trabalho e análises dos riscos patrimoniais para melhores rácios de sinistralidade”.

Nesta parceria estão abrangidas as modalidades de seguros de Acidente de Trabalho, Acidentes Pessoais Voluntariado, Incêndios e outros danos de natureza – multiriscos,

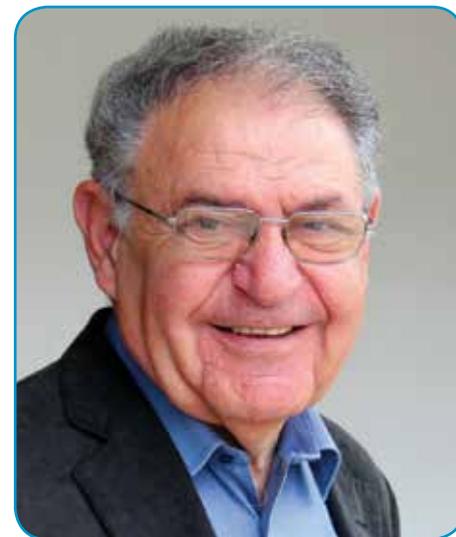
Automóvel, Responsabilidade Civil, Seguros de Saúde e Seguro de Vida.

A Losango compromete-se a fazer donativos de 1% sobre os prémios pagos e patrocínios até 3% por cento, consoante o volume de prémios de seguros.

Para Macário Correia, Tesoureiro da Confederação, que assinou o protocolo em nome da CNIS, esta parceria tem vantagens inequívocas para as instituições: “As IPSS têm por norma várias apólices de seguros e por vezes nem sempre na mesma companhia. E nos contratos existem diferenças de preços (prémios) para

coberturas iguais. A missão da empresa com a qual se assinou a parceria de cooperação é a de analisar com cada instituição as diversas apólices em vigor e respectivos preços e, em função disso, encontrar melhorias nas despesas, mantendo o grau de cobertura. Deste modo podem ocorrer mudanças de companhia ou a renegociação de condições mantendo a mesma entidade seguradora. De qualquer modo este trabalho é apenas o de dar informação sobre as possibilidades em jogo, cabendo a cada IPSS a decisão que melhor entender livremente.”

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Alta clínica sem alta social

1. Após a restauração do regime democrático, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi adquirindo ao longo dos anos um carácter emblemático na sociedade portuguesa, devendo-se-lhe, em larga medida, a melhoria das condições de vida e de saúde dos portugueses e o correspondente aumento da esperança média de vida. Razão suficiente para não ser controvertido e merecer o reconhecimento de maior conquista da democracia decorrente da Revolução do 25 de Abril.

Trata-se de um Sistema que garante o acesso universal à prestação de cuidados de saúde, assegurados pelo Estado, de forma tendencialmente gratuita – o que, exigindo uma avultada afetação de recursos financeiros, através do Orçamento do Estado, recomenda, em contrapartida, a respetiva gestão de forma criteriosa e sem desperdícios desses mesmos recursos.

2. Um dos aspetos que, desde há vários anos, vem sendo identificado como prejudicando a melhor afetação dos recursos alocados ao funcionamento do SNS consiste no facto de existir um número muito significativo de pessoas que, após um episódio de internamento hospitalar e a prestação dos respetivos cuidados diferenciados, são objeto de alta clínica sem poderem abandonar o estabelecimento de saúde por não disporem de apoio familiar nem se configurar nenhuma outra instância de acolhimento residencial que as receba.

Trata-se das situações geralmente designadas como sendo de “alta clínica”, sem possibilidade de “alta social”.

Informações recentemente vindas a público referem como sendo cerca de 2.000 as situações atualmente verificadas, que correspondem ao referido constrangimento, com predomínio dos estabelecimentos hospitalares existentes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

É igualmente referido, pelas autoridades de gestão hospitalar, que o custo, para o SNS, da manutenção dessas pessoas em situação de internamento hospitalar, após a “alta clínica”, é de cerca de 400,00 euros por dia e por cama.

3. Este fenómeno é antigo, tendo sido em várias ocasiões objeto de tentativas de resolução ou de remediação.

Levada a cabo ainda na última década de 90, a primeira experiência consistiu numa figura, denominada Hospitel – procurando fundir o conceito de hospital com o de prestações de natureza hoteleira. De sucesso inexpressivo.

Mais recentemente, no nº 8 da Cláusula I do Anexo II – Da Saúde, o Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário para 2015/2016 estabelecia que “deve ser acautelada a manutenção e existência de vagas em ERPI para retorno ou primeira residência de idosos que estejam internados em hospitais do SNS, mediante acordo de cooperação específico para esse efeito a propor em sede de CPSS, até 30 de abril de 2015” – remetendo para acordos tripartidos entre Instituições Particulares de Solidariedade Social e os Ministérios da Saúde e da Segurança Social.

Porém tal cooperação nunca se veio efetivamente a concretizar, embora seja recorrente a prática de os Serviços dos Centros Distritais de Segurança Social, em articulação com o Serviço Social dos Hospitais, encaminharem utentes nestas situações para colocação em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) da rede solidária, no âmbito da quota de lugares nessas Estruturas disponibilizados para colocação direta pela Segurança Social, por força dos acordos de cooperação em vigor.

Tal procedimento sugere de forma clara que a colocação em ERPI constitui a situação típica de resolução desta descontinuidade entre alta clínica e alta social; e só pela inexistência de vagas em número suficiente nessas Estruturas é que a questão aqui colocada assume a dimensão quantitativa referida.

Por outro lado, o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, de 19 de Dezembro de 1996, subscrito pelo Primeiro-Ministro, pelos Presidentes da ANM e da ANAFRE e pelas Organizações Representativas das Instituições de Solidariedade, veio conferir enquadramento às modalidades de cooperação multilateral das diversas entidades públicas com as Instituições do Sector Solidário, designadamente para “o desenvolvimento de uma rede de apoio social integrado, contribuindo para a cobertura equitativa do País em serviços e equipamentos sociais”, que “envolverá uma atuação de forma conjugada, em todos os tipos e áreas de intervenção, abrangendo domínios da competência de vários ministérios,

nomeadamente Solidariedade e Segurança Social; Saúde ...” (Cláusula II – Cooperação)

Sob a inspiração desse Pacto de Cooperação, o alargamento do modelo português de cooperação entre o Estado e o Sector Social e Solidário, primitivamente abrangendo apenas as respostas sociais do âmbito do MTSSS, mas alargado, a partir justamente do Compromisso de Cooperação para 2015/2016, aos Sectores da Formação Profissional, da Saúde e da Educação, de harmonia com o Decreto-Lei nº 120/2015, de 30 de Junho, e que se manteve nos Compromissos de Cooperação para 2017/2018 e 2019/2020, veio conferir o desejável enquadramento normativo para modalidades de cooperação multilaterais, participando das competências de diversos departamentos do Estado – como se afigura ser o caso da necessidade de resposta institucional para os referidos cidadãos que, não necessitando mais de cuidados diferenciados hospitalares, permanecem acolhidos nos Hospitais do SNS, desperdiçando recursos e sujeitando os utentes a riscos de saúde acrescidos.

Embora com significado marginal, face à dimensão das necessidades, existiram já algumas experiências de acordos de cooperação tripartidos, entre Instituições Particulares de Solidariedade Social, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o Ministério da Saúde, para o funcionamento da resposta social “Unidade de Apoio Integrado”, que, embora pela caracterização normativa se destine ao acolhimento residencial de pessoas com dependência, pode permitir uma adaptação a uma caracterização mais ampla dos respetivos utentes.

Concluindo: sem soluções a situação das pessoas que, após um episódio de internamento hospitalar e a prestação dos respetivos cuidados diferenciados, são objeto de alta clínica sem poderem abandonar o estabelecimento de saúde por não disporem de apoio familiar nem se configurar nenhuma outra instância de acolhimento residencial que as receba, com custos excessivos para o SNS e entupindo os hospitais?

Há soluções: em condições a concertar em sede de cooperação, as Instituições de Solidariedade podem dar o seu contributo para que muitos concidadãos que têm alta clínica e não têm alta social encontrem uma casa e condições para viver com dignidade.

DIA DA CNIS

A proteção social é uma missão conjunta e partilhada entre Estado e IPSS

No passado dia 15 de janeiro assinalou-se mais um Dia da CNIS com uma cerimónia que comemorou o 39º aniversário da Confederação. A conferência «Direitos fundamentais em contexto de resposta social» e a apresentação do livro «Das Confrarias às IPSS» preencheram uma sessão que abriu com as palavras do presidente da CNIS, padre Lino Maia, e da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, que convergiram na ideia de que “a proteção social é uma missão conjunta e partilhada” entre o Estado e as IPSS.

A sessão que assinalou o 39º aniversário da CNIS, e que decorreu no Teatro Thalia, em Lisboa, no dia 15 de janeiro, começou com o padre Lino Maia a enfatizar o trabalho desenvolvido pelos milhares de IPSS por todo o país, o qual tem assegurado a proteção social das populações, em especial das mais vulneráveis.

Perante a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, o presidente da CNIS lembrou que “o Estado não tem que fazer tudo, mas tem de garantir que a proteção social seja uma realidade”, acrescentando que “não é uma questão de aspiração, mas de direitos das pessoas”.

Dirigindo-se à novel ministra da Segurança Social, o líder da CNIS sublinhou que “o Estado já tem um meio para garantir a proteção social da população, as IPSS são um instrumento que o Estado tem e que deve dotar de meios”.

Para o padre Lino Maia, “é importante que ninguém fique para trás e da ação dos dirigentes depende muito o respeito pela dignidade e defesa dos direitos das pessoas”.

E nesse sentido, para que ninguém fique para trás nos seus direitos, o presidente da CNIS lembrou que “há um estrato da população que merece especial atenção, aquelas pessoas que são atiradas e abandonadas nos hospitais e que têm alta clínica, mas não têm alta social”.

Pensando nelas, o padre Lino Maia avançou que “as IPSS e a CNIS estão disponíveis para ajudar a enfrentar esta situação juntamente com o Estado, para que ninguém fique para trás”.

Por seu turno, a ministra Ana Mendes Godinho, na sua estreia em iniciativas da CNIS, começou por afirmar que “a prioridade do Governo é o combate à pobreza e à exclusão”, considerando que “é uma missão conjunta e partilhada” com o Sector Social Solidário.

Apelidando o Orçamento de Estado (OE) 2020 como “de rosto humano”, a governante sublinhou “o reforço da verba alocada à Segurança Social” e ainda a criação de novos instrumentos e meios, no sentido de “responder ao desafio



demográfico”, promover a “valorização salarial” e ainda “descomplicar regras e requisitos na relação com as IPSS”, entre outras medidas.

Ana Mendes Godinho referiu ainda a criação de “novos instrumentos que responderão aos novos desafios das IPSS”, entre os quais “um programa inovador para reforço dos quadros de pessoal e a sua requalificação” e ainda um programa de requalificação dos gestores das instituições.

“Vai ser lançado um novo aviso para o PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, para ERPI e para os centros de apoio à deficiência”, anunciou a ministra, reforçando a sua intenção: “O nosso compromisso é total, pois os objetivos são comuns e temos que partilhar ações. Temos a missão comum de dar resposta aos desafios que surgem para que cada pessoa o possa ser todos e

em cada dia”.

A cerimónia do Dia da CNIS, prosseguiu com o lançamento do livro «Das Confrarias às Instituições Particulares de Solidariedade Social. O longo caminho das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal – subsídios para a sua História», da autoria de Isabel Monteiro, que teve apresentação de Manuela Mendonça, ex-presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS e doutora em História Moderna e Contemporânea, que também coordenou a elaboração da obra.

“Um livro é construção, que reúne pedaços de vida, de encantos e desencantos, convicções profundas, aprendidas e limadas na experiência do tempo, rostos que a marcam e a acompanham”, começou por dizer a autora, prosseguindo: “É também fruto de várias etapas, de um processo gerado ao longo do tempo, carregado

de experiências, relações humanas vitais, de uma certeza, a ‘morte’ é geradora de vida”.

Ainda antes de fazer uma abordagem mais detalhada sobre a temática da obra, que trata o longo percurso da solidariedade em Portugal que vem desde o dealbar da nacionalidade até às IPSS dos dias de hoje, Isabel Monteiro sustentou que a solidariedade “é como o fermento lançado na taça de farinha que a fez crescer, maturar transformar-se em pão, multiplicar-se para se dar, se entregar, desaparecer na vida a quem matou a fome tornando-se parte intrínseca dessa mesma vida”.

Para a autora, “é em suma a solidariedade que se dá em gratuidade, se multiplica em gestos que cuidam, acompanham, acreditam e se consomem no próprio ato de dar, tantas vezes invisível, insignificante, sem valor de mercado”.

“Alguns tratam-na com indiferença, para outros é indesejada, o que faz que não seja apetecível, nem querida por todos”, sublinhou, considerando: “No entanto, para todas aquelas e aqueles que a ela se entregam carrega em si mesma uma dignidade que ultrapassa os números, as percentagens, o deve e o haver, por si ela é”.

Finda a apresentação do livro, também pela autora, seguiu-se a conferência/debate «Direitos fundamentais em contexto de resposta social», com moderação de Ana Rodrigues, do Departamento Jurídico da CNIS.

A abordagem ao tema foi feita de três perspetivas diferentes, emergindo como consensual ter especial atenção ao exercício efetivo dos direitos das pessoas e que é necessário refletir sobre o caminho a seguir para concretizá-lo em contexto das respostas sociais.

Para a reflexão e debate foram convidados Manuel Sarmiento, docente no Instituto de Educação da Universidade do Minho, e também dirigente de uma IPSS, Isabel Galriça Neto, médica e coordenadora da Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos do Hospital da Luz, e Mariana Canotilho, juíza do Tribunal Constitucional.

Isabel Galriça Neto abriu o painel abordando mais a vertente da terceira idade e dos cuidados em fim de vida.

“Hoje vive-se mais tempo, com mais doenças, mais prolongadas no tempo, com perda de autonomia e de poder de decisão”, começou por afirmar a ex-deputada da Assembleia da República, sublinhando que “a realidade é diferente da que existia e, para realidades diferentes, tem de haver respostas diferentes”.

Para a médica, “é preciso promover a qualidade de vida e não apenas atacar a doença” e, “do ponto de vista da saúde e das respostas, para uma larga franja da população, que são os mais idosos, em termos de cuidados em fim de vida continua a haver equívocos, preconceitos e falta de respostas”.

Neste sentido, Isabel Galriça Neto revelou que “70% dos portugueses não tem acesso aos cuidados paliativos” e lembrou: “E do ponto de vista dos direitos é aqui que está o problema”.

Defendendo que “a perda de capacidade para tomar decisões tem que ser mais debatida e antecipada”, a clínica frisou a necessidade de “as pessoas em situação de vulnerabilidade terem respostas rigorosas, humanistas e competentes”, “respostas de



saúde, que não centradas nos agudos, e respostas sociais”.

Por seu turno, Manuel Sarmiento fez uma intervenção mais voltada para a infância e juventude, defendendo a participação como elemento essencial na defesa dos direitos dos “utentes”, como fez questão de destacar em detrimento do oficial “clientes”.

Para o dirigente da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais (ADCL), de Guimarães, “é fundamental criar estruturas de participação dos trabalhadores e da população” e saber “até que ponto há avaliação da participação dos utentes”.

Sustentando que “as organizações beneficiam com a participação”, Manuel Sarmiento sublinhou ser “fundamental haver um envolvimento ativo de todos nas respostas sociais”.

Já Mariana Canotilho abordou a legislação em torno dos direitos fundamentais e da sua aplicação e aplicabilidade ao contexto das respostas sociais.

A magistrada enumerou uma série de princípios que considera “fundamentais” quando se trata de exercer os direitos das pessoas em contexto de resposta social: “O

princípio da socialidade, aquele que dá sentido à ação das IPSS”; “o princípio da cooperação leal no quadro do Estado de Direito democrático”; “o princípio da direção estadual, como a nível político-social, por exemplo, “na definição das respostas que o Estado financia e das prioridades a financiar, sempre em diálogo com as IPSS que têm uma perceção das necessidades efetivas”; “o princípio da universalidade, que também levanta muitas questões da conciliação da liberdade, da autogestão e auto-organização das instituições versus a necessidade de planeamento, compensação da dispersão territorial das respostas em termos equitativos”, entre outras questões; “um princípio da igualdade”; e “um princípio da transparência e informação”.

Seguiu-se um momento de debate, sendo a cerimónia encerrada por José Carlos Batalha, presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, que sublinhou a necessidade de as instituições terem “espírito de entusiasmo” e precisarem de “confiança para se alimentarem”.

CASES - COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL

Prémio Cooperação e Solidariedade 2019 entregues no âmbito do 10º aniversário

A celebrar o 10º aniversário com um vasto programa de comemorações, que decorreram entre os dias 4 e 6 de fevereiro, a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) procedeu à entrega do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2019.

Esta distinção, criada pela CASES em 2012 e que se destina a homenagear as pessoas singulares e coletivas que, em cada ano, mais se tenham distinguido em domínios relevantes para a Economia Social, conta com cinco categorias e um Prémio de Honra.

A edição 2019, os distinguidos são: Categoria de Inovação e Sustentabilidade – Associação Crescer na Maior, pelo projeto de apoio pessoas em situação de sem-abrigo. Foi ainda atribuída uma menção honrosa à Associação BIPP, pelo projeto SEMEAR – Terra de oportunidades, de inserção profissional de pessoas com défice intelectual; Categoria de Estudos e Investigação – Alexandra Figueira, pela tese «Nivelar os pratos da balança - Estudo da Comunicação Organizacional como fator de sustentabilidade nas parcerias estratégicas entre organizações solidárias e empresas», Doutoramento em Ciências da Comunicação (Universidade do Minho). Márcia Santos recebeu uma menção honrosa pela tese «Gestão de Risco nas Organizações de Economia Social», Doutoramento em Gestão, Especialidade em Estratégia e Desenvolvimento Empresarial (ISCTE, IUL); Categoria de Formação Pós-Graduada – Mestrado em Gestão das Organizações do 3º Sector, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto recebeu uma menção honrosa; Categoria de Trabalhos de Âmbito Escolar – Colégio Paulo VI, com o projeto Educar para a Paz e para o Desenvolvimento Sustentável; Categoria de Trabalhos Jornalísticos – Bárbara Baldaia, pela reportagem sobre a reconstrução de



uma comunidade após os incêndios de Pedrógão «Grande Retratos do Renascimento» (TSF) e João Faiões, com a reportagem sobre o trabalho das instituições de solidariedade social no interior do país «Nós ainda estamos aqui» (SIC). Catarina Marques recebeu uma menção honrosa pela reportagem sobre cuidadores informais «E de nós, quem cuida?»

(SIC).

Por fim, Julieta Sanches de Almeida Vasconcelos, presidente do Conselho de Administração da FENACERCI - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, representante do movimento CERCI, venceu o Prémio de Honra Personalidade da Economia Social.

APPACDM COIMBRA

Instituição da área da deficiência renova acordo com o Programa Incorpora

A APPACDM de Coimbra assinou, no passado dia 29 de janeiro, um novo acordo para 2020 com o Programa Incorpora, reforçando assim a sua presença nesta iniciativa. A instituição é parte integrante, desde 2018, desta iniciativa que tem como objetivo melhorar a integração socio-laboral de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Para 2020, a instituição vai continuar a fazer parte da rede do distrito de Coimbra, colaborando ativamente na procura de oportunidades para pessoas com incapacidade ou em situação de exclusão social.

Nesta iniciativa, a APPACDM de Coimbra tem

um papel diferenciador na ligação entre o mercado de trabalho (entidade empregadora) e o possível candidato a emprego. Assim, a instituição realiza um acompanhamento direto e personalizado a estas entidades, sempre com o objetivo de melhorar a integração socio-laboral de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O Programa Incorpora é uma iniciativa da Fundação «la Caixa», desenvolvida em várias regiões de Portugal, sendo que no distrito de Coimbra é coordenada pela ARCIL e uma rede composta por mais quatro entidades, sendo a APPACDM de Coimbra uma delas.



CORONAVÍRUS

Direção-Geral de Saúde emite Orientação que IPSS devem seguir e implementar



No âmbito da infeção por novo Coronavírus (2019-nCoV ou nCoV) com origem em Wuhan, na China, a Direção-Geral de Saúde (DGS) emitiu a 30 de janeiro uma Orientação que descreve os procedimentos a desenvolver para minimizar o risco de transmissão desta infeção por nCoV. A Orientação, que pode ser consultado no site da DGS ou no do jornal Solidariedade, pode a qualquer momento ser alvo de atualização.

Da literatura disponível até ao momento, os coronavírus (nCoV – 2019) são transmitidos por: gotículas respiratórias (partículas superiores a 5 microns); contacto direto com secreções infetadas; aerossóis em procedimentos terapêuticos que os produzem.

Segundo a Orientação da DGS, “as estratégias de prevenção e controlo de infeção nas unidades de saúde incluem: a avaliação de risco e a deteção precoce, o controlo de eventuais reservatórios, o controlo ambiental, a correta utilização de equipamentos de proteção individual e, nas situações de elevado risco de transmissão, a gestão adequada de recursos humanos”.

Recorde-se que, a 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas identificaram um novo coronavírus (2019-nCoV) como agente causador da doença.

A transmissão pessoa-a-pessoa foi confirmada, mas são necessárias mais informações para melhor avaliar a extensão desse modo de transmissão. A fonte da infeção é ainda desconhecida e pode estar ativa. A história natural da doença, bem como os seus reservatórios, continuam em investigação.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou orientações sobre o tratamento clínico de infeção respiratória aguda grave quando houver suspeita de nova infeção por coronavírus (nCoV).

As orientações emanadas pela OMS e pelo ECDC para a estratégia de prevenção e controlo de infeções, em casos de suspeita de infeção por nCoV, nomeadamente a prevenção da transmissão nas unidades de saúde, são baseadas nas recomendações emanadas anteriormente para o MERS-CoV e para a SARS-CoV.

Embora o epicentro do surto permaneça em Wuhan, Província de Hubei, na China, onde estão relatados a maior parte dos casos, o risco de infeção não se limita a Wuhan, mas a qualquer área onde os casos detetados sejam confirmados, se não forem cumpridas as práticas de prevenção e controlo de infeção preconizadas.

A avaliação de risco nacional, regional e local será continuamente atualizada e serão disponibilizadas informações e Orientações adicionais.

A investigação sobre a epidemia está em curso, pelo que a Direção-Geral da Saúde emitirá recomendações atualizadas sobre práticas de prevenção e controlo de infeção, sempre que disponíveis.

PRÉMIOS BPI «LA CAIXA»

Candidaturas já estão abertas para a Infância

Estão já abertas as candidaturas aos Prémios BPI «la Caixa» 2020 e que se destina a apoiar financeiramente projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida e a igualdade de oportunidades de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

No total são cinco as distinções no valor de 3,75 milhões de euros.

Os Prémios “apoiam projetos que combatam a desigualdade social, tendo sempre em atenção três grupos particularmente vulneráveis:

as crianças, a deficiência e os idosos. O nosso país mantém indicadores de pobreza muito preocupantes, com 17% das pessoas a viver em situação de pobreza”, sustentou Artur Santos Silva, presidente honorário do BPI e curador da Fundação «la Caixa».

Cada um dos cinco prémios (Infância, Solidário, Seniores, Capacitar e Rural) vai atribuir 750 mil euros a projetos de instituições privadas sem fins lucrativos.

Os prazos de candidatura são: Infância, de 28

janeiro a 24 de fevereiro; Solidário, de 18 de fevereiro a 16 de março; Seniores, de 17 de março a 20 de abril; Capacitar, de 21 de abril a 18 de maio; e Rural, de 19 de maio a 15 de junho.

Em 2019, os cinco Prémios BPI receberam um total de 870 candidaturas.

Nos últimos 10 anos, em 23 edições concluídas, os prémios entregaram mais de 15 milhões de euros para a implementação de 508 projetos de inclusão social em Portugal. Os projetos apoiados já ajudaram mais de 120.000 portugueses.

HUMANITAS – FEDERAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFICIÊNCIA MENTAL

O Estado tem de perceber que é preciso falar com quem está no terreno

A Humanitas – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental congrega cerca de três dezenas de instituições, mas almeja juntar a si mais das outras 80 que existem. Associada da CNIS, a Humanitas entra em 2020 com uma nova Direção, que pretende fazer ouvir a voz das instituições que trabalham na área da deficiência intelectual, junto do Estado e das outras organizações de quem é parceira. Helena Albuquerque é a nova presidente da Direção da Humanitas, para o triénio 2019-2022, e conversou com o SOLIDARIEDADE sobre o presente e o futuro, as prioridades e as preocupações que a federação tem neste novo mandato.

SOLIDARIEDADE – Foi recentemente empossada como presidente da Humanitas, quais são as prioridades destes novos órgãos sociais?

HELENA ALBUQUERQUE – Podemos dizer que temos dois vetores fundamentais de atuação. O primeiro é, de facto, a representatividade da Humanitas nos órgãos governamentais, a influência das políticas para a deficiência intelectual e a criação de linhas de apoio para a deficiência intelectual. Fazer sentir que somos um representante da área da deficiência intelectual e que, portanto, todas as decisões da tutela que devem ser tomadas nesta área deverão passar, pelo menos, pela consulta à Humanitas. O segundo grande vetor é atuar diretamente nas nossas associadas. Isto vem da constatação de que a Humanitas tem sido, e muito bem, essencialmente uma federação de representação institucional, mas as associadas não sentem a Humanitas como uma mais-valia no seu trabalho diário. E digo isto como presidente da APPACDM de Coimbra! Nesse sentido, o nosso Plano de Ação tem várias iniciativas, algumas já estruturadas, precisamente com este segundo objetivo, ou seja, o de introduzir nas nossas associadas alguma mudança no atendimento do seu dia-a-dia, nomeadamente na sua capacidade de inovação e na partilha entre associadas de projetos. Também dar alguma formação que as associadas devem ter e que nós podemos, como linhas fundamentais, fornecer. Por outro lado, fomentar a internacionalização do movimento da deficiência intelectual. Urge também assegurar a sustentabilidade da Humanitas. Portanto, um dos grandes objetivos da federação é conseguir mais associadas de forma a que a sua representatividade seja obtida na totalidade. A Humanitas tem cerca de 30 associadas. Uma das primeiras ações desta Direção foi fazer o levantamento de todas as instituições que apoiam, de alguma maneira, a deficiência intelectual e deparámo-nos com cerca de 80 fora da Humanitas. Claro que algumas delas são pequenas instituições, que só têm um Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) ou formação profissional, mas, e pensando na sustentabilidade da estrutura e na capacidade de investir e fazer



projetos novos, apostamos num aumento do número de associadas.

E o que tem a dizer sobre a relação com o Estado?

Bem, eu comecei há pouco tempo, há um longo caminho feito e um longo caminho a fazer, mas temos como premissa fundamental que a tutela tem que perceber que, quando fala de deficiência intelectual, tem que ouvir as pessoas que estão no terreno. Não há nada melhor do que ouvir uma federação que as represente e temos feito questão de mostrar e de continuar a desenvolver essa relação. Já estive reunida com a senhora secretária de Estado para a Inclusão e a mensagem foi muito essa, tem de nos ouvir. Por exemplo, há um grupo de trabalho para o CAO e nós temos que ser ouvidos.

A reformulação da resposta de CAO é uma das grandes questões para as instituições, até porque já há muito que se fala que está a ser estudada?

Essa é uma prioridade da tutela, segundo me foi dito, e vai também abrir brevemente um PARES a nível de CAO, Lares Residenciais e Residências Autónomas. Outra das prioridades da tutela prende-se com as questões de acessibilidade, segundo a Secretaria de Estado, mas até na acessibilidade é fundamental ouvir a deficiência intelectual. Na gestão de uma organização como a Humanitas, há tempos para andar com outras federações e há tempos para caminhar sozinha. Tenho já tentado junto de outras federações tomar posições de bloco, mas também há tempos em que, porque a nossa realidade é tão específica, temos que nos impor sozinhos.

Como vê este novo PARES, bastante direcionado para a deficiência? CAO, Lares Residenciais e Residências Autônomas são as grandes necessidades das instituições?

Decididamente, são. Essencialmente, quando falamos em respostas que cobrem a terceira idade das pessoas com deficiência, que são os casos das Residências Autônomas e dos Lares Residenciais. Neste momento, é muito importante apoiar as instituições da deficiência intelectual, porque nesta última corrente que surgiu da vida independente a maior parte das pessoas não foi abrangida. Por isso, há necessidade de apoiar as instituições e dar-lhes todas as condições para criarem estruturas vocacionadas para o atendimento de cada um e conforme as suas especificidades. E isto só acontece com instituições especializadas ligadas à deficiência intelectual. Depois, há toda uma regulamentação que precisa de ser atualizada. Portugal tem leis muito antigas e esta área da deficiência intelectual tem evoluído muito, pelo que há necessidade de atualizar a legislação. Mas isto tem que ser feito com uma perspetiva realista e com a participação das pessoas que estão no terreno. Por exemplo, temos leis de construção de edifícios de apoio a pessoas com deficiência que estão completamente desadequados do terreno e das necessidades das instituições e que são um exagero...

Como assim?

Por exemplo, as áreas que são exigidas para lares para pessoas com deficiência é uma coisa que não se encontra em mais nenhum país europeu, nem nos países nórdicos...

À semelhança do que acontecia com o AVAC?

Exatamente. Nós temos listas de espera desesperantes e depois exigem estruturas caríssimas para apoiar um número mínimo de pessoas. Costumo dizer que o nosso lar não é uma casa como a gente queria, é quase um hotel de luxo. E, se calhar, nem nós queremos viver num hotel de luxo, mas numa casa de família. Há, de facto, uma desadequação da legislação ao que se passa no terreno.

No último Conselho Geral da CNIS, referiu a preocupação com a tendência que tem ganho força no sentido de acabar com a institucionalização. O que a preocupa em concreto?

Todos nós ambicionamos que as nossas instituições não sejam necessárias. Este é o sonho de todos nós, ou seja, que a sociedade seja tão inclusiva que não necessite de instituições. Teoricamente, é algo muito simpático... Agora, como a inclusão é falada de uma forma tão leviana, com tanto desconhecimento do terreno, até por alguns elementos da tutela, muitas vezes pressupõe que as pessoas não conhecem nada do que se passa. E, neste momento, tenho muito medo porque são diretivas que vieram de Bruxelas. Quando me falam da desinstitucionalização das pessoas com deficiência lembro-me sempre do que se passou com a doença mental. E continua a ser uma catástrofe completa. Fecharam os hospitais psiquiátricos e não criaram estruturas alternativas. Neste momento, eles estão na rua a pedir ou estão em casa de familiares e, muitas vezes, não são tratados adequadamente. Portanto, o problema é quase paralelo. A desinstitucionalização não deve pressupor, e em certa



parte pressupõe, uma demissão do Estado relativamente a cuidar daquelas pessoas que precisam, de facto, de um cuidado diferente e protegido. Depois, o problema fundamental da desinstitucionalização é que mandar as pessoas para casa, nomeadamente as que têm deficiência intelectual, é isolá-las completamente, porque em casa são excluídas da comunidade. Sendo a deficiência, especialmente a intelectual, ligada às poucas condições económicas, as famílias não têm condições para cuidar destas pessoas convenientemente. Por isso, as instituições são essenciais para assegurar uma vida com dignidade a estas pessoas. Portanto, não me falem em desinstitucionalização. E quando se fala nestas coisas é preciso ter conhecimento de causa e não pondo tudo no mesmo saco e com certo preconceito em relação às IPSS.

Isso é algo que vem sendo cada vez mais evidente?

Há alguma Esquerda neste país que tem, notoriamente, um preconceito relativamente às IPSS e não é de agora, vem historicamente. Por isso, há que conhecer a realidade, as IPSS de hoje não têm nada a ver com as IPSS de há 50, 60 anos, pelo que há que conhecer a realidade e as coisas no terreno e, então, fazer opções.

As instituições são o último garante dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência?

Sem dúvida nenhuma. E na deficiência intelectual isso é mais notório, porque são as instituições que, muitas vezes, falam por essas pessoas. Se tirarmos as instituições, tiramos a voz às pessoas que não têm voz e isso é muito grave. E a maior parte dos deficientes intelectuais não tem voz para falar na primeira pessoa. Há que ter uma voz suplementar que são as pessoas que estão no terreno, que são fundamentais neste processo. E as famílias são essenciais neste percurso, por isso, é muito importante que os pais estejam envolvidos nas instituições, porque eles, muitas vezes, são a voz dos filhos que não conseguem falar.

Nesse sentido, estão ultrapassados os problemas que surgiram a propósito da Prestação Social de Inclusão (PSI)?

Neste momento, está mais ultrapassado, mas ainda há um longo caminho a fazer. Muitas vezes, as leis mudam as mentalidades, mas é preciso algum tempo para equiparar o teor da lei com a mentalidade das pessoas que as aplicam. Isto aconteceu na PSI, porque muitas vezes levou-se à obrigatoriedade de interdição das pessoas que recebiam PSI. Os bancos tinham que abrir uma conta em nome dessas pessoas, mas os bancos não abriam as contas se as pessoas não fossem interditas... Enfim, foi uma complicação enorme. No entanto, penso que isso já está a ser mais ultrapassado e agilizado.

A lei do maior acompanhado também tem levantado alguns problemas?

Sim e é das que tem tido, realmente, imensas progressões. A Humanitas, inclusive, vai tentar fazer formação junto a juizes, agentes do Ministério Público, etc. A lei do maior acompanhado, através de um processo legal de avaliação, determina, por decisão judicial, que a pessoa fica autorizada a fazer certas coisas e proibida de fazer outras que eles acham que ela não é capaz. Ora bem, na deficiência intelectual está a ser um desastre, porque os juizes não sabem o que é a deficiência intelectual. Até as perguntas que lhes fazem não têm nada a ver com a realidade e isso não lhes permite sequer tecer sentenças adequadas àquela pessoa concreta com deficiência intelectual, porque não percebem do que a pessoa é realmente capaz ou não. Do que temos visto, a falta de conhecimento nestas situações, muitas das vezes, tira autonomia aos nossos jovens.

E agora vem aí a lei do cuidador informal?

Sim, e mais problemas se avizinham. Há instituições que nos têm sinalizado que muitas pessoas, de baixo estrato económico, com alguns problemas e de famílias desestruturadas, vão querer tirar os jovens da instituição para assumirem o papel de cuidadores informais. Tudo pela questão financeira envolvida e isto é gravíssimo, porque o jovem, sem condições, vai ficar fechado num quarto ou vai ficar em casa. É preciso cuidado com estas leis, especialmente no tocante à deficiência intelectual.

66 ANOS E SEIS MESES

Idade legal da reforma continua a subir

A idade legal de acesso à reforma sobe um mês para os 66 anos e seis meses, a partir de 2021, segundo diploma publicado em Diário da República (DRE).

“A idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2021, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, na sua redação atual, é 66 anos e 6 meses”, lê-se na portaria já publicada e que produz efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

A idade normal de acesso à pensão de velhice varia em função da esperança média de vida aos 65 anos de idade, indicador que o Instituto Nacional de Estatística (INE) atualizou em novembro para 19,61 anos.

“Assim, considerando que o indicador da esperança média de vida aos 65 anos verificado no triénio 1998-2000 foi de 16,63 anos e no triénio 2017-2019 se fixou nos 19,61 anos, o fator de sustentabilidade aplicável às pensões de velhice iniciadas em 2020 é de 0,8480”, lê-se no DRE.

De acordo com as regras em vigor, quem se reformar antes da idade que deverá ser fixada para 2021, terá um corte no valor da sua pensão através do fator de sustentabilidade



(mecanismo que ajusta a idade da reforma à esperança média de vida) e uma penalização mensal de 0,5% por cada mês antecipado face à idade legal de acesso à reforma ou face à idade pessoal da reforma.

Atualmente estão em vigor normas de acesso à reforma antecipada que permitem a pessoas com carreiras contributivas mais longas reformarem-se sem cortes nas pensões ou apenas com a penalização mensal de 0,5%.



SOFTWARE QUE ASSEGURA O CUMPRIMENTO DO
DECRETO LEI N.º 28/2019



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS À SUA MEDIDA
Gestão integrada de todas as áreas da organização

SOFTWARE ESPECÍFICO PARA A ECONOMIA SOCIAL

SALÁRIOS	UTENTES	SÓCIOS	PROCESSO INTEGRADO DO UTENTE	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL
TESOURARIA	CONTABILIDADE	STOCKS	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS	APOIO DOMICILIÁRIO
CLÍNICA	BLOCO OPERATÓRIO	INTERNAMENTO	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS
RECURSOS HUMANOS	IMOBILIZADO	MAILING	ESCALAS DE SERVIÇO	VIATURAS

100% WEB

esocial
NOVA PLATAFORMA WEB para a gestão dos processos administrativos, sociais e de gestão das organizações.

JUNTOS CONSTRUÍMOS CONHECIMENTO.

INVISTA EM FORMAÇÃO!

2020 PLANO DE FORMAÇÃO

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt
Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda








ESCOLAS DE SEGUNDA OPORTUNIDADE

IPSS podem assumir a gestão

As IPSS têm em mãos, desde agosto do ano passado, a possibilidade de assumirem uma resposta socioeducativa identificada por Escolas de Segunda Oportunidade. O Diploma 6954/2019 estabelece o quadro legal da criação destas estruturas de ensino para combater o insucesso e o abandono escolar. O Programa Segunda Oportunidade é destinado aos jovens dos 15 anos aos 25 anos, em risco de exclusão social, que não trabalham e não concluíram a escolaridade obrigatória.

Neste momento há, em Portugal, apenas três Escolas de Segunda Oportunidade e duas delas têm a gestão de IPSS: a E2OV foi promovida pelo Centro Social de Ermesinde e a E2OS teve a iniciativa da Fundação Padre Tobias, de Samora Correia, em Benavente. A terceira é a mais antiga, a E2OM, já completou 12 anos e foi desenvolvida em Matosinhos por uma associação criada para o efeito.

Apesar da taxa de abandono precoce ter recuado para um mínimo histórico, em 2018, ficando-se nos 11,8%, há ainda quase um terço dos portugueses entre os 25 e os 43 anos que não terminou o ensino secundário. Portugal comprometeu-se com a União Europeia (EU) a cumprir a meta de redução do abandono escolar precoce para os 10% este ano. Daí esta opção política que pretende, segundo o Despacho, uma “intervenção junto de jovens, que abandonaram o sistema educativo e em risco de exclusão social, proporcionando-lhes formação qualificada dirigida às suas necessidades, expectativas e interesses específicos, em alinhamento com o mercado laboral local, beneficiando ainda de um acompanhamento de forma próxima ao desenvolvimento da sua autonomia e integração socioprofissional”.

A Escola Segunda Oportunidade é considerada uma resposta socioeducativa e articula iniciativas de entidades e instituições de natureza diversa. O programa depende sempre da escola pública que concebe os detalhes da formação e educação, mas admite protocolos com entidades externas para “combater o abandono escolar de jovens sem emprego nem qualificação, proporcionando-lhes formação qualificada dirigida às suas necessidades, expectativas e interesses específicos, em alinhamento com o mercado laboral local”.

No Despacho pode ler-se que “o Ministério da Educação (ME) está empenhado em assegurar que, para além de outros programas e respostas existentes, há a possibilidade, no âmbito da escola pública, de acolher e de construir respostas ajustadas para este público, para quem as vivências em grupo ou turma se revelam propiciadoras de maior eficácia na sua formação escolar e socioprofissional”.

A porta está, assim, aberta para a criação de uma rede nacional e as IPSS podem assumir mais esta responsabilidade que está em linha com as valências sociais padronizadas. Na



Segurança Social, o papel das IPSS está constitucionalmente reconhecido. As instituições são um pilar do sistema de proteção social no nosso país. Na Educação há ainda desconfiças. A abertura que o Ministério da Educação manifesta, com este Diploma, para que haja modalidades de gestão de respostas educativas por parte do setor solidário é uma evolução legislativa, sem enquadramento constitucional, como na ação social, mas é uma abertura que é inovadora. É o universo da educação pública a abrir-se à cooperação. É um caminho interessante e tem todas as condições para ser seguido pelas instituições que já há muito tempo vêm trabalhando na área do apoio, na formação, na

educação de adultos e na formação de públicos desfavorecidos.

O impacto que tem o abandono escolar precoce na vida futura dos jovens tem que ver com as preocupações das IPSS.

Será sempre uma resposta sob a tutela do Ministério da Educação a quem cabe o destacamento de professores e o suporte financeiro. Vindo a integrar uma modalidade de cooperação, haverá formas de assegurar fontes de financiamento complementares. As autarquias locais devem financiar parte das despesas e está previsto que possa haver modalidades de mecenato, designadamente através de Fundações.

ESCOLAS DE SEGUNDA OPORTUNIDADE

Portugal é o primeiro país da UE a instituir

Portugal foi o primeiro país da União Europeia a institucionalizar as Escolas de Segunda Oportunidade que pretendem combater o insucesso e abandono escolar. Estas escolas têm, desde agosto de 2019, um enquadramento legal e um programa próprio denominado Segunda Oportunidade (Programa 2O) e é destinado a jovens com mais de 15 anos em risco de exclusão social que não trabalham e não concluíram a escolaridade obrigatória.

No Despacho, assinado pelo secretário de Estado da Educação, João Costa, o ME afirma que o Programa 2O é concebido como uma solução para "responder a estes jovens, em regra, sinalizados no âmbito das comissões de proteção de crianças e jovens, pelas equipas multidisciplinares de apoio aos tribunais e por instituições de acolhimento de crianças e jovens".

Ao cabo de 12 anos era, desta forma, reconhecido o trabalho inovador da Escola de Segunda Oportunidade em Matosinhos. A E2OM, como é designada, foi criada em 2008 numa iniciativa de uma associação de profissionais de educação, sem fins lucrativos. A AE2O – Associação para a Educação de Segunda Oportunidade é uma instituição particular “cujo objetivo geral é promover a educação de segunda oportunidade, trabalhando especialmente com jovens vulneráveis, com baixas qualificações escolares e profissionais e em risco de exclusão social”.

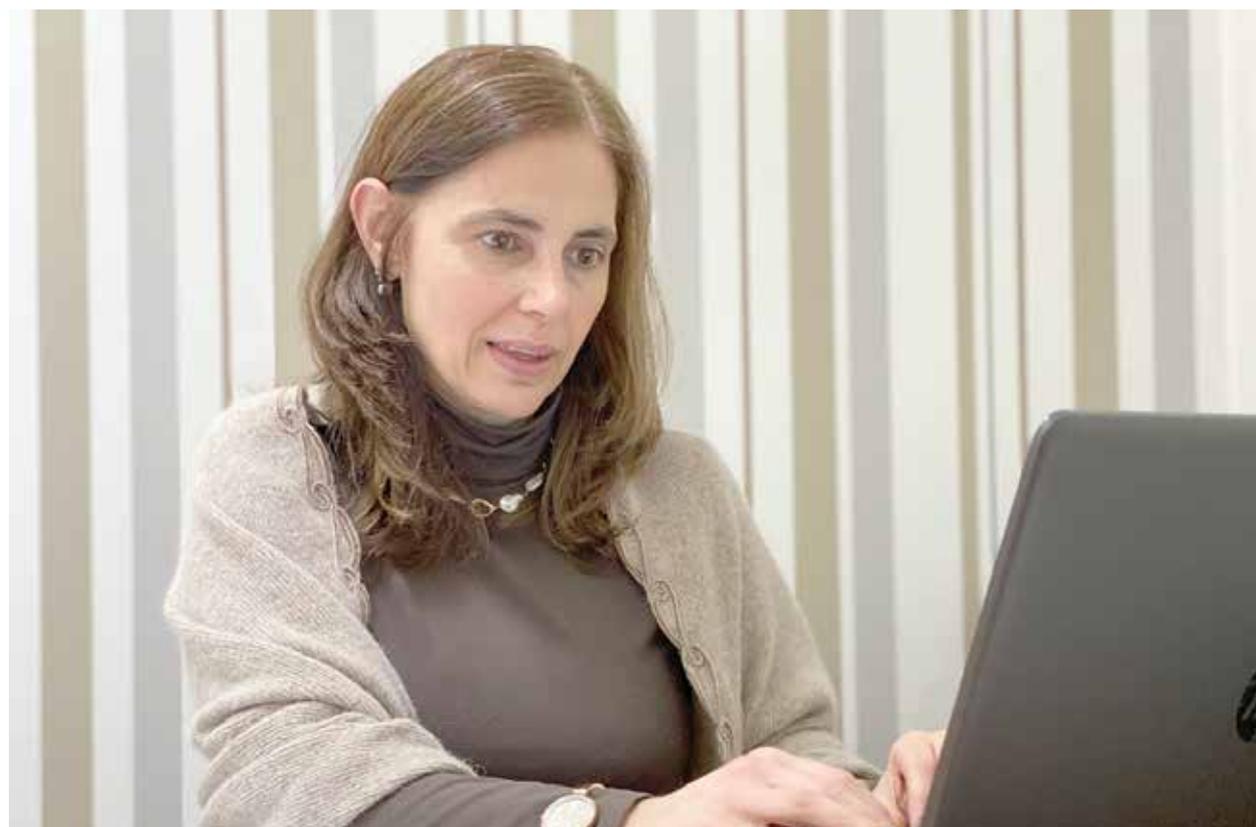
Esta instituição é a responsável pela gestão da Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos e tem contado com o apoio da Câmara Municipal e o Ministério da Educação, oferecendo aos alunos “uma nova oportunidade de formação que encoraja as suas aprendizagens e aposta no desenvolvimento do seu potencial.”

Nestes anos de experiência contou com o apoio do Município de Matosinhos, na cedência de instalações e do Ministério de Educação, na colocação dos professores.

“O que conseguimos, ao longo dos 12 anos, foi um extenso reconhecimento e validação do projeto por vários estudos, relatórios e prémios, quer nacionais quer internacionais. O sucesso desta resposta acabou por contribuir para a definição de uma política pública. Em agosto do ano passado, o Ministério da Educação publicou um Despacho que cria um enquadramento legal destas respostas, quer da Escola de Segunda Oportunidade quer de outras iniciativas, que facilita a nossa vida e o nosso trabalho diário e permite consolidar esta resposta e alargá-la a outros pontos do país”, sustenta Luís Mesquita, atual diretor e fundador da E2OM.

A escola de Matosinhos tem capacidade para 70 alunos, com mais de 15 anos de idade. O objetivo é que completem o ensino secundário. Com estratégias pedagógicas alternativas e mais cativantes.

Para além de Matosinhos, só há mais duas escolas, instaladas no ano passado em Portugal: A E2OS (Escola de Segunda Oportunidade de



Samora Correia) e a E2OV (Escola de Segunda Oportunidade de Valongo).

Em Benavente, a E2OS oferece respostas para os jovens dos 15 aos 18 anos com o objetivo de que consigam a qualificação no 6º ou no 9º ano. Trata-se de uma iniciativa da Fundação Padre Tobias, em parceria com a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas de Samora Correia.

No primeiro ano de formação arrancaram as respostas para os jovens dos 15 aos 18 anos, existindo duas turmas na medida PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação), visando a qualificação no 6º ou no 9º ano. A

expectativa é de no próximo ano haver respostas para os jovens até aos 25 anos.

O projeto conta com o apoio do Programa Escolhas, num consórcio entre a Fundação, a ADIC (Associação de Desenvolvimento Integrado da Criança) e da Junta Freguesia de Samora Correia.

O Centro Social de Ermesinde (CSE) inaugurou a resposta no presente ano letivo, tendo como exemplo a escola de Matosinhos e a experiência do Centro de Formação e Emprego com jovens do concelho de Valongo e arredores que integraram projetos do Programas Escolhas.

Institucionalizar a resposta socioeducativa

Estava feita a identificação dos públicos e das necessidades dos adolescentes e jovens adultos a quem o abandono escolar precoce promoveu ou reforçou a condição de fragilidade social. Como refere Albertina Alves, diretora-técnica do Centro de Formação Profissional do CSE, foi uma evolução natural: “O Centro Social de Ermesinde é uma IPSS que trabalha com públicos em situação de exclusão. Trabalhamos com jovens com quem dinamizamos projetos de intervenção, lidamos com situação de desfavorecimento e desenvolvemos diversas iniciativas para fazer despiste vocacional e temos diversas áreas de formação. Faltava-nos a parte da certificação escolar que era importante, mesmo fundamental, para que eles conseguissem sair da situação de exclusão. Todas as nossas respostas ligadas ao atendimento social, ao trabalho com jovens, nos identificavam os interessados. Já estavam sinalizados pelas técnicas, quer da instituição quer de instituições parceiras. No fundo, arranjámos uma resposta que consegue fazer a formação escolar e terminar a escolaridade obrigatória”.

A E2OV tem uma turma com 15 jovens, dos 15 aos 18 anos, que já abandonaram a escola há mais de um ano. Está em preparação a segunda turma para 20 alunos de jovens adultos, entre os 18 e os 25 anos, que não concluíram a escolaridade obrigatória.

Mais uma vez a E2OV depende de uma parceria entre o Centro Social de Ermesinde, que faz a promoção e a gestão, a Câmara Municipal de Valongo e o Ministério da Educação.

Para além das escolas propriamente ditas, há também iniciativas que são enquadradas agora por este Despacho 6954/2019, como é o caso do Projeto Arco Maior, no Porto, e a Rede Europeia de Escolas de Segunda Oportunidade.

O reconhecimento por parte do Estado da necessidade desta resposta socioeducativa que desaguou na criação das Escolas de Segunda Oportunidade foi feito com base das experiências conhecidas, sobretudo nos 12 anos da E2OM. Em Matosinhos há a noção de que a resposta deve ser alargada a todo o país e deve funcionar em pequenas escolas com turmas com poucos alunos. “Nós temos taxas de sucesso de certificação escolar muito elevadas, na ordem dos 70%. São pessoas que nós atendemos e que estavam em abandono e que não conseguiram ter sucesso nas escolas regulares. Aqui conseguiram a certificação. Apesar de difícil é um trabalho possível”, refere Luís Mesquita, diretor da E2OM.

Do ponto de vista curricular, é preciso haver uma grande flexibilidade, criatividade didática e pedagógica, uma sedução permanente. Como explica Florentino Silva, coordenador da E2OV: “É um desafio enorme. Na relação com os alunos, mas também é um desafio para nós técnicos, professores, formadores, porque temos que mudar tudo. É tudo ao contrário. Em vez de se pensar a escola do abstrato para o concreto temos que fazer o contrário. Isto é, temos um



conjunto de atividades que vão ao encontro daquilo que são as expectativas dos jovens, desde a área de dança, música e trabalhos manuais. Partindo de experiências concretas é que vamos ao encontro do abstrato, das matérias escolares, matemática, português, cidadania, enfim, das várias áreas escolares”.

E os contextos são muito diferentes das típicas salas de aula. Há muitas situações em que os formadores aproveitam os momentos de descontração para introduzirem matérias relevantes para o conhecimento dos alunos. É uma personalização do ensino que a escola tradicional não consegue fazer.

“Esse é o nosso maior desafio”, diz Florentino Silva: “É conquistar os alunos para a escola. É um processo longo. Eles faltam, continuam a faltar bastante, mas nós temos que ser insistentes. Todos os dias ligamos para os familiares dos alunos. Há alturas em que chegamos a ir lá a casa para perceber o que se passa...”.

Obviamente, alunos que abandonaram a escola não se convertem em exemplos de assiduidade. Como diz Alexandra Matos, psicóloga da E2OM, “os pequenos sucessos, as pequenas vitórias são o facto de virem à escola, sentirem os interesses deles, descobrirem coisas acerca de si próprios e o conseguirem a certificação do 6º, do 9º ou do 12º ano é como se fosse a cereja em cima do bolo”.

No final de tudo o que conta é a certificação. Mas, entretanto, eles conheceram-se melhor, descobriram o talento que tinham, o potencial, as competências, as capacidades. O importante é traçarem um projeto de vida.

Para todos os inscritos no Programa 2O está



prevista a obrigatoriedade de acompanhamento “até dois anos após saída” do programa. Na escola de Matosinhos há a memória destes 12 últimos anos. O diretor assegura que há um contacto que se mantém naturalmente: “São eles que nos procuram, por muitos motivos. Ou porque precisam de ajuda, ou porque vêm mostrar os filhos, os namorados ou namoradas. Nós incentivamos e procuramos manter esse relacionamento que se criou na base de uma afetividade militante”.

Luís Mesquita assegura: “A maior parte dos jovens que fizeram a Segunda Oportunidade tem hoje percursos de vida de integração social e profissional. A Escola de Segunda Oportunidade faz a diferença. É muito significativa na vida destas”.

As semelhanças da Escola de Segunda Oportunidade com as escolas secundárias são mera coincidência. E os alunos valorizam a diferença...

A política no nosso tempo

O mundo em que vivemos é muito diferente do que foi noutras eras. Hoje, o mundo é mais complexo, mais contestado, mais competitivo, mais diversificado e muito mais dinâmico, já que as mudanças se sucedem a um ritmo que nunca foi experimentado anteriormente.

Daqui decorre que a conectividade é um fator novo e muito determinante para a geopolítica. Se em 2005 havia um bilião de utilizadores de Internet, hoje são 4 biliões e o crescimento é exponencial. O mesmo acontece com os sistemas de ligação de todo o tipo. A conectividade tornou-se uma expressão poderosíssima dos poderes políticos, económicos e de ambição global.

A interconectividade e interdependência entre assuntos nacionais, europeus e globais vão obrigar a uma grande agilidade nos processos de decisão, maior nível de resiliência, capacidade de definir visões estratégicas e capacidade de antecipação a novos problemas e realidades.

O poder no futuro já não vai ser determinado apenas pelos indicadores clássicos, como seja a dimensão da população o PIB, as despesas militares, e não estará apenas nas mãos dos Estados, mas também nos parceiros sociais, nas organizações não governamentais, nos municípios, nos grupos económicos e nos movimentos transnacionais. A conectividade entre todos vai fazer com que os que dominarem os nós das interconexões é que vão ter uma larga parte do poder.

Mas para dominar esses nós, são precisas instituições fortes. Um país será cada vez mais o que são as suas instituições, mas o certo é que se tem olhado pouco para isso. É nas instituições que se geram as políticas públicas. Sem instituições de qualidade não pode haver políticas de qualidade. Maior competitividade, mais justiça fiscal, menos desigualdades, mais crescimento, melhores serviços públicos,

tudo isso, depende largamente das instituições que tivermos e da sua capacidade de se ligarem com outras.

Tenho para mim que são as instituições e a forma como trabalham um dos fatores mais decisivos para que sejam alcançados equilíbrios sustentáveis nas sociedades e é sabido que, quanto mais equilibradas forem as sociedades, melhor preparadas estarão para enfrentar os desafios do futuro.

Perante este quadro, a política deveria ser formada de forma predominante por uma componente racional. Se as decisões em política têm como finalidade melhorar as condições de vida dos cidadãos, torna-se necessário definir prioridades, alocar recursos, gerir interesses e tensões e capacidade de prever problemas e de antecipar medidas. Ora tudo isto envolve fundamentalmente uma componente racional. Mesmo quando se definem estratégias, saber para onde se quer ir e como lá chegar, obriga a mobilizar tudo o que é fundamentalmente racional.

Mas nem tudo o que se faz em política é racional. A componente emocional também conta. Por exemplo, as campanhas eleitorais são momentos em que se tenta apelar às emoções e sentimentos dos eleitores. Nestes momentos por vezes a emoção supera a razão.

O problema como bem identifica Poiares Maduro é que, na política e nos tempos que vivemos a componente emocional tem-se sobreposto à componente racional. Por exemplo, os movimentos populistas assentam na mobilização do medo e da insegurança devido à imigração e desse modo criam emoções muito fortes com expressões eleitorais cada vez mais significativas.

Os populismos não questionam os resultados, mas alimentam-se das expectativas que criam e, na Europa, têm sabido encontrar terreno fértil.

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA

Economista



Desde o fenómeno da imigração, às transformações tecnológicas, a uma perceção de injustiça que tem a ver com uma ideia sobre o agravamento das desigualdades ou falta de expectativas para o futuro, tudo isto é facilmente associado a sentimentos como o medo, a angústia e a insegurança.

Aqui chegados, o grande problema é saber se a Europa tem capacidade política para atuar de forma conjunta e coordenada de modo a contornar dificuldades e desafios e aproveitar oportunidades que, isoladamente, cada Estado Membro não pode ultrapassar, nem vencer.

E essa capacidade tem de ser demonstrada através da apresentação de uma agenda em que fique muito claro que as áreas ambientais, da economia digital, da imigração, da capacidade de regulação, das alterações climáticas, da justiça fiscal, das desigualdades, do peso negocial nas relações internacionais serão abordadas à escala europeia. Uma agenda que demonstre as vantagens que advém para os cidadãos da abordagem europeia proposta para cada um dos temas.

Não é a democracia que está em questão, mas o modo como é praticada.

O mundo e as grandes preocupações do Papa

No último dia de Natal, por ocasião da bênção *Urbi et Orbi*, o Papa Francisco lembrou as suas grandes preocupações, face aos problemas que atingem hoje, de modo muito particular, algumas regiões do mundo. É certo que a maior parte dessas preocupações não constituíram propriamente uma novidade para a maioria das pessoas que vão acompanhando diariamente a vida internacional, mas a verdade é que as referências públicas do Papa a esses problemas servem ao menos para recordar as situações dramáticas, e muitas vezes esquecidas, em que vivem milhões de pessoas.

Alguns desses problemas motivam um maior interesse da Comunicação Social e são por isso mais conhecidos, seja pela dimensão de que se revestem, seja pela área geográfica e política em que se situam. Outros não merecem uma atenção tão grande, e arriscam-se mesmo ao esquecimento, pelo menos até ao momento em que algumas das grandes potências do mundo deem sinais de uma preocupação que normalmente tem motivações políticas, militares ou económicas. De acrescentar, por último, o peso diferente que as

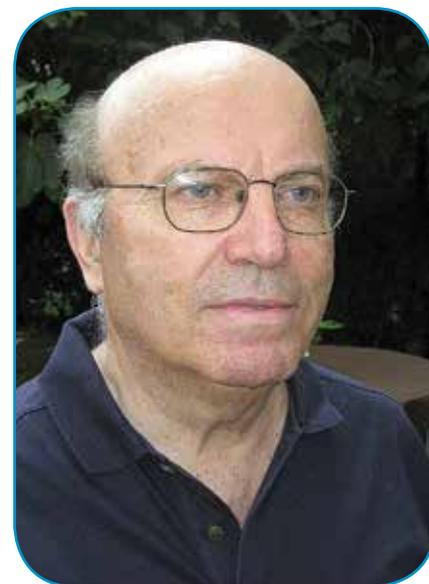
alianças históricas baseadas na religião têm nessas preocupações.

Na rápida volta ao mundo que fez por ocasião da sua bênção natalícia “*Urbi et Orbi*”, o bispo de Roma não se ficou pelos graves problemas que enfrentam hoje as comunidades cristãs em geral e as católicas em particular, algumas das quais são vítimas da perseguição e da intolerância das próprias autoridades oficiais, como acontece nomeadamente em alguns países da Ásia e da África. Mas o Papa Francisco não esqueceu também as dificuldades que enfrentam os habitantes de outros países, independentemente da sua religião, como que assumindo as suas próprias dores.

É verdade que os problemas decorrentes da violência que há anos vem martirizando a “amada” Síria e os que resultam da guerra civil que martiriza o Líbano já não são novidade, como já não são novidade os conflitos entre judeus e árabes na Palestina. Pouca gente, no entanto, terá hoje uma ideia dos perigos para a Paz no Médio Oriente visíveis agora no Líbano, um país que ainda não há muito era conhecido como a Suíça daquela região

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA

ajsilva@sapo.pt



pelo seu nível económico e financeiro, mas sobretudo pelo clima de tolerância que marcava as relações entre comunidades religiosas diferentes, cristãs e não cristãs, num cenário que já deixou de existir.

Em dia de Natal, o Papa Francisco assumiu, pois, um papel de pastor universal, preocupado com o presente e o futuro de todos os homens, justificando assim a razão pela qual a Igreja de Jesus Cristo se chama Católica.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

31 de janeiro - honra dos vencidos!

1 - De modo idêntico aos anos anteriores, decorreram na passada sexta-feira as comemorações do 31 de Janeiro, recordando a primeira tentativa de implantação da República em Portugal, em 1891, na manhã do dia 31 de Janeiro, na cidade do Porto.

O País vivia ainda a humilhação sofrida com o “Ultimatum” britânico, de Janeiro de 1890, em que a Inglaterra ordenava que Portugal abandonasse os territórios da África Austral, entre Angola e Moçambique, que tinham sido ocupados, em nome de Portugal, pela expedição dirigida por Serpa Pinto, e que constituíam o chamado “Mapa Cor de Rosa”.

O livro do célebre militar de Cinfães do Douro, “De Angola à Contracosta”, descreve o reconhecimento desses territórios e a incorporação dele nos domínios coloniais do nosso País.

Portugal – melhor, a Monarquia Portuguesa, sendo Rei D. Carlos I - vergou-se ao comando do Império Britânico, cedendo esses territórios aos ingleses; constituindo-se nesse espaço as colónias da Zâmbia e da Rodésia.

A cedência aos ingleses causou um vivo repúdio patriótico por parte do povo e das elites intelectuais burguesas; o que, de par com o crescimento do movimento republicano, através do respectivo Partido Republicano, levou à criação de condições propícias à implantação da República, através de uma Revolução.

(Uma das obras emblemáticas resultante dessa revolta contra a fraqueza da Monarquia foi o livro de Guerra Junqueiro, “Finis Patriae” – o “Fim da Pátria”:

“Ó cínica Inglaterra, ó bêbeda impudente,
Que tens levado, tu, ao negro e à escravidão?
Chitas e hipocrisia, evangelho e aguardente,
Repartindo por todo o escuro continente/A
mortalha de Cristo em tangas de algodão.
Vendes o amor ao metro e a caridade às jar-
das,/E trocas o teu Deus a borracha e marfim,
Reduzindo-lhe o lenho a coronhas de espin-
gardas,/Convertendo-lhe o corpo em pólvora e
bombardas,/transformando-lhe o sangue em
aguarrás e em gin ...”

Passe a semântica que hoje diríamos racista ... E era um poeta que era adepto das ideias novas ... Mas era então outro o contexto ...

Que me perdoem os novos vigilantes da liberdade de expressão: mas não dou para o peditério da condenação do passado pelo olhar de hoje.)

O movimento revolucionário do Porto, em 31 Janeiro de 1891, teve muitas semelhanças com o 25 de Abril de 1974: ambos foram levadas a cabo pelos militares mais modestos – sargentos, praças, escassos oficiais de baixa patente -; tendo ficado para a posteridade os nomes do Capitão Leitão, do Alferes Malheiro e do Tenente Coelho

como os principais líderes militares da Revolta, nomes incontornáveis da toponímia portuense.

Não foi a condição de mais velho aliado de Portugal que impediu a Grã-Bretanha de des- tratar o nosso País, a pretexto de os direitos deste se oporem às suas ambições – o que devia deixar lições sobre o que são as relações entre Estados, designadamente quando um desses Estados é forte e o outro é fraco.

2 – Quem veio ao Porto apresentar a principal intervenção comemorativa do 31 de Janeiro, em 2020, foi Manuel Carvalho da Silva, o histórico dirigente da CGTP – que lembrou a coincidência de ter calhado também no dia 31 de Janeiro, mas de 2020, a data do “Brexit”; que, do mesmo modo que em 1891, envolve o Reino Unido e a forma como este interpreta e faz valer os seus interesses, mas envolve igualmente Portugal e os efeitos que a saída do Reino Unido da União Europeia poderá vir a ter no nosso País.

Como há 129 anos ...

O 31 de Janeiro teve, além do mérito imediato de traduzir a Revolta do Porto contra o “Ultimatum” e a arrogância britânica, a natureza de uma premonição, de uma espécie de ensaio, da Revolução que, uns escassos 19 anos depois, em 5 de Outubro de 1910, haveria de levar à implantação da República.

A chamada Revolta do Porto constituiu ainda uma sequela, uma contiguidade, da Revolução de 24 de Agosto de 1820 – faz este ano 200 anos redondos -, também nascida e criada no Porto, que instaurou a democracia liberal representativa em Portugal, no modelo que ainda hoje perdura nos seus traços essenciais.

Também o 24 de Agosto germinou na revolta patriótica contra uma espécie de ocupação inglesa – já que era o Marechal inglês William Beresford quem ditava as leis em Portugal, a mando do Rei D. João VI, instalado no Brasil desde 1807.

Portugal fora invadido pelos exércitos de Napoleão – e o Príncipe Regente, D. João, futuro Rei D. João VI, acompanhado da sua Mãe, a Rainha D. Maria I, que enlouquecera, fugira com a Corte para o Brasil, mudando para o Rio de Janeiro a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Tropas inglesas, que, durante as Invasões Francesas, entre 1807 e 1811, tinham vindo para o nosso País, a fim de ajudar a derrotar os invasores – o que não constituiu nenhum favor, uma vez que o principal inimigo de Napoleão eram as Ilhas Britânicas, só tendo invadido Portugal por o nosso País se ter colocado ao lado da Inglaterra nesse conflito entre as duas margens do Canal da Mancha – tropas inglesas por cá resolveram permanecer.



Era William Beresford quem chefiava a Junta de Regência, com o beneplácito da Corte, que se deixou ficar pelo Brasil após a derrota de Napoleão, agora já com o Príncipe D. João elevado a Rei, por morte da Rainha D. Maria I.

Entretanto, muito por influência do Espírito das Luzes, e dos ideais da Revolução Francesa, de 1789, baseada no tríptico constitutivo da democracia liberal -Liberdade, Igualdade, Fraternidade (ideais a que foram permeáveis as elites burguesas que conviveram com os ocupantes franceses, e de que eram igualmente portadores os soldados portugueses que haviam sido incorporados nos exércitos de Napoleão, e que regressaram a Portugal, findo o Império) -, a ambição de um sistema que acabasse com os antigos privilégios de classe, da nobreza e do clero, e instituisse um regime favorável à igualdade de todos os cidadãos e garantisse a liberdade de comércio passou a constituir um anseio cada vez mais forte.

Foi a esse anseio que os revolucionários do Porto, de 1820, corresponderam com a Revolução vitoriosa de 24 de Agosto, impondo ao Rei o seu regresso ao Reino e a promulgação da primeira Constituição Portuguesa, de 1822, consagrando a separação de poderes.

3 – A julgar pelos últimos séculos, não nos deu grande lucro a aliança com a Inglaterra, que nos vem desde o casamento de D. João I com D. Filipa, da Casa de Lancaster, nos finais do século XIV.

Não é de estranhar ... A lição da História é que é sina dos pequenos acolherem-se à sombra dos fortes - o que foi o nosso destino ao longo desta antiga Aliança Luso-Britânica.

E a mesma lição é de que os pequenos ficam sempre a perder.

Como escreveu o Pe. António Vieira, no Sermão de Santo António aos Peixes, “A primeira cousa que me desedifica de vós, peixes, é que vos comeis uns aos outros ... Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos ...”

Quem diz peixes, diz países.

Mas sempre tenho para mim a ideia de que o chapéu da União Europeia nos serve melhor – e temos nela mais voz – do que o do chapéu da sujeição à soberania e sobrançeria inglesa – que, quando, ao longo da História, houve vento, sempre nos levou de escantilhão.

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTO VARÃO, MONTEMOR-O-VELHO

Sonho e necessidade de uma ERPI esbarra na impossibilidade financeira

O Centro Social e Paroquial de Santo Varão é uma pequena instituição do concelho de Montemor-o-Velho, mas essencial no apoio a uma população envelhecida e cada vez mais dependente. Construir um lar é um sonho que, em caso de concretização, iria dar resposta a uma franja da população que precisa, cada vez mais, de cuidado e cuidados permanentes. No entanto, a situação da instituição não permite avançar e, segundo os responsáveis pelo Centro, há que esperar por melhores tempos e apoios do Estado.

Foi em 1989 que a instituição surgiu, ainda e apenas como Centro de Convívio Nossa Senhora do Amparo e ligada à Cáritas Diocesana de Coimbra.

No ano seguinte, com a aprovação e reconhecimento dos estatutos, a instituição emancipou-se, alargou as respostas e estabeleceu-se como Centro Social e Paroquial de Santo Varão.

Assim, diz a história que em 2020 celebra 30 anos de vida ao serviço da comunidade, com as respostas de Centro de Convívio (20 utentes), Serviço de Apoio Domiciliário (15) e Centro de Dia (15).

Atualmente, o Centro fornece ainda cerca de 30 refeições diariamente a uma outra instituição privada do concelho.

“Estas valências surgiram para responder às necessidades da comunidade e também para dar alguma sustentabilidade à instituição”, explica Andreia Mendes, diretora-técnica do Centro de Santo Varão, que lembra ainda a necessidade, por diversas razões, de haver uma Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI).

“Esta comunidade está muito envelhecida. A freguesia tem duas áreas, Santo Varão, muito mais envelhecida e pessoas menos autónomas, e Formoselha, que tem mais habitantes e mais novos”, afirma o padre António Domingues, a propósito da necessidade de uma resposta residencial.

“As pessoas quando necessitam de uma resposta de lar têm que procurar aqui à volta, onde há respostas, mas que ainda assim são insuficientes. Os lares que há aqui há volta estão todos lotados e com listas de espera enormes”, revela Andreia Mendes, que sublinha a necessidade de haver uma resposta de lar, algo que os próprios utentes das outras respostas pedem.

“Apesar de haver alguns lares e até uma Unidade de Cuidados Continuados, aqui em Pereira, não há capacidade de resposta às necessidades da comunidade”, reforça o presidente da instituição.

É que os cuidados que as pessoas que chegam ao Centro são de tal forma exigentes que as respostas sociais, por vezes, não são as mais adequadas.

“Por exemplo, os utentes do Centro de



Convívio têm alguma autonomia, mas os do Centro de Dia poucos ou quase nenhuns a têm. São mesmo muito dependentes, bons candidatos a uma vaga de lar”, argumenta a diretora-técnica.

“Eu sou pároco desde aqui até Ribeira de Frades, ou seja, das comunidades todas ao longo da linha de comboio, e não nos podemos queixar de falta de população, mas são zonas essencialmente dormitório. Têm muita gente, mas a mais residente está muito envelhecida. Por exemplo, o número de funerais é exponencial face ao número de batismos. É uma comunidade envelhecida que agora começa a integrar estes novos residentes. Ainda assim, ao contrário de outras zonas que têm muito menos população”, acrescenta o padre António Domingues.

Apesar de ser uma região rural, onde impera a cultura do arroz, o facto de a linha do comboio atravessar a freguesia, permitiu à população procurar outra vida, outros empregos. Daí que não seja uma população especialmente

desfavorecida.

“Não é, de facto, uma comunidade com muitas necessidades, fruto do que acontecia no passado com a linha do comboio. As pessoas tinham hipótese de ir trabalhar para outros centros, como Coimbra ou Figueira da Foz, e hoje têm a sua reforma e o seu pé de meia. E isso reflete-se nas participações”, indica o padre António Domingues.

Ainda assim, segundo a diretora-técnica, há muitas situações de utentes com rendimentos muito baixos: “Temos também uma parte dos utentes que tem pensões muito baixinhas, aqueles que trabalhavam no arroz. E, depois, temos os ex-funcionários da CP, que conseguem ter umas pensões um bocadinho melhores. Os rendimentos não são muito baixos, porque apesar de ser um concelho essencialmente rural, Santo Varão tem a linha do comboio que ajudou bastante as pessoas a terem outras alternativas de vida que não o campo”.

E o reflexo nas participações, como referiu o

presidente da instituição, faz com que a situação financeira do Centro seja “estável”.

“Neste momento é estável, mas também não ficamos só à espera da verba que vem da Segurança Social e fazemos diversas atividades com o intuito de angariar fundos”, sublinha Andreia Mendes, que enumerou algumas: “No ano passado arrancámos com o Arroz Doce Solidário, em que uma vez por mês fazemos arroz doce para fora. As pessoas trazem o prato à sexta-feira e no sábado levam, com o dinheiro a reverter para a instituição. E esta é também uma forma de envolver a comunidade na vida da instituição. Temos donativos, em espécie e monetários, e a própria comunidade vai ajudando. Depois temos três voluntárias que fazem muitos trabalhos para a instituição que depois vendemos. Para além disso, participamos com uma quermesse na Feira de S. Martinho e no festival gastronómico da freguesia, entre outras iniciativas que vão acontecendo”.

Sobre os donativos, uma realidade cada vez mais rara, a diretora-técnica diz que é mais uma ajuda, mas também têm vindo a diminuir.

“Têm vindo a decrescer e são donativos pequenos, normalmente dados uma vez por ano, mas são donativos pequenos, o maior que recebemos foi de 50 euros. Temos também a consignação do IRS e, muito importante, são os trabalhos feitos pelas voluntárias e pelos idosos que vamos vendendo. São porta-chaves, napepons, panos de cozinha, doce de abóbora, etc.”, refere, acrescentando: “Vamos procurando outras fontes de receita para além do que vem da Segurança Social, até porque, cada vez mais, o que nos é dado pelo Estado não é suficiente para as necessidades que temos e para as exigências que nos fazem, que cada vez são mais e maiores”.

No entanto, apesar da situação financeira ser estável e equilibrada, não dá para avançar para o lar.

“Esse é um sonho que temos, mas a conjuntura atual não é favorável e sem apoios do Estado dificilmente conseguimos meter mãos à obra, por muita boa vontade que tenhamos. É um desejo, mas torná-lo realidade é muito complicado”, lamenta a diretora-técnica, que destaca a vantagem que seria para um maior equilíbrio de contas: “O lar, para além de tudo, daria outra sustentabilidade à instituição, porque o Centro de Dia é uma resposta social muito inconstante. Tanto podemos ter casa cheia, como, se falecerem dois ou três utentes, as coisas complicam-se, porque as despesas mantêm-se, o pessoal é o mesmo, etc.. O lar dar-nos-ia alguma sustentabilidade, porque seguramente estaria sempre cheio. E dar-nos-ia mais segurança, porque o Centro de Dia é uma resposta muito incerta”.

A variação do número de utentes, Andreia Mendes acrescenta a comparticipação do Estado para aumentar as dificuldades de sustentabilidade da resposta: “Para além disto, a comparticipação do Estado não é suficiente. Os idosos quando aqui chegam já vêm muito debilitados e com uma grande dependência. Alguns em tom de brincadeira até dizem que era bom haver umas camas onde pudessem passar as noites”.

A estas dificuldades, a responsável técnica acrescenta as de alargamento de vagas no SAD.



“As pessoas gostam de se manter em casa e nós para conseguirmos alargamento do acordo é muito difícil, porque implica muita burocracia... Temos capacidade para 15 e temos 15 utentes, mas há mais gente a querer, porque as pessoas preferem manter-se em casa”, explica.

Outra dificuldade que a instituição tem sentido é com o quadro de pessoal.

“É cada vez mais difícil termos estabilidade a nível de funcionários que permita alguma tranquilidade. Cada vez é mais difícil encontrar pessoas para este tipo de trabalho”, lamenta o padre António Domingues, ao que Andreia Mendes acrescenta: “Pelo que me dá a perceber, não é um trabalho muito bem visto, especialmente pelos jovens. Sistemáticamente temos situações de baixas, o que para nós é difícil colmatar. Arranjar pessoas de um dia para o outro não é fácil”.

A isto junta-se o facto de os salários serem pouco atrativos, o que, em zonas em que a oferta de emprego existe, torna a contratação difícil.

“Sim e, depois, a atualização dos acordos de cooperação é insignificante. O salário mínimo vai aumentar 35 euros, mas a atualização não acompanha este custo. Por exemplo, no Centro de Dia a comparticipação é de cento e poucos euros, mas os utentes são cada vez mais dependentes e só não dormem cá”.

E se o sonho é a construção de um lar, outros projetos mais pequenos estão na mente dos responsáveis pelo Centro, como a construção da garagem para as carrinhas.

“O edifício onde funciona a instituição era antigamente a casa paroquial e, no fundo, temos que nos adaptar ao que o espaço nos dá. O ideal era termos outro edifício, mesmo não abrindo o lar, construído com este propósito. Vamos ver o que conseguimos fazer. Para já estamos a legalizar o equipamento que temos”, revela o padre António Domingues.

Andreia Mendes lembra ainda a implementação das medidas de autoproteção, que “já estão quase todas, porque são muitas as exigências e é tudo muito caro”.

E como seria Santo Varão sem o Centro Social e Paroquial?

“Seria mais pobre, pois o Centro ajuda a



dinamizar a comunidade”, diz Andreia Mendes, com o padre António Domingues a corroborar a ideia: “A nível dos idosos e dos doentes seria muito mais complicado viver em Santo Varão. E muitas pessoas não têm retaguarda familiar, porque os filhos estão longe, e somos nós que temos que tratar de tudo. Seria mais pobre para os mais pobres. Até a própria comunidade seria mais pobre, porque assim as pessoas envolvem-se e é uma forma que têm de viver a caridade prática”.

A instituição faz ainda empréstimo de ajudas técnicas, essencialmente, camas articuladas, não apenas à freguesia, mas também a todo o concelho.

“Não emprestamos mais cadeiras de rodas porque elas são poucas para as necessidades que temos na instituição, devido à dependência dos nossos utentes”, argumenta Andreia Mendes.

Localizado numa das zonas mais afetadas pelas cheias de dezembro de 2019, o Centro Social e Paroquial de Santo Varão, no concelho de Montemor-o-Velho, funcionou quase normalmente, a não ser ter ficado privado de algumas funcionárias que não conseguiram chegar à instituição.

“A única consequência que sentimos foi o facto de algumas funcionárias não terem conseguido cá chegar porque a estrada estava cortada. De resto, não influenciou a vida do centro, até porque os utentes puderam vir todos”, conta o padre António Domingues, presidente do Centro, ao que a diretora-técnica Andreia Mendes acrescenta: “Funcionámos, mas, de facto, ficámos isolados. A maior parte das estradas estavam cortadas e era muito difícil e demorado cá chegar. Isto durou quatro dias”.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



A Trivalor, composta por mais de 15 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em *Business & Facility Services*.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG CHARON
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

www.trivalor.pt

RUA DA GARAGEM, Nº 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF: 210 420 005 / 210 420 808
FAX: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



TRIVALOR

OE2020

Segurança Social vai pagar baixas a 100% para assistência aos filhos

Faltar ao trabalho para dar assistência a um filho, em caso de doença ou acidente, vai dar direito a baixa paga a 100% pela Segurança Social, de acordo com o Orçamento do Estado deste ano.

No total, o Orçamento do Estado (OE2020) prevê 1,524 milhões de euros para medidas de apoio à natalidade e uma das medidas previstas é o pagamento a 100% das baixas para assistência a um filho, por doença ou em caso de acidente, noticia o jornal “Público”, no âmbito de uma entrevista com a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mandes Godinho. Atualmente estas baixas são pagas a 65%.

Outra medida de apoio às famílias é a atribuição de um cheque para ajudar a custear a creche a todas as famílias com dois ou mais filhos até aos três anos de idade.

O valor do «complemento-cheque» ainda não está definido mas, segundo a ministra Ana Mandes Godinho, todas as famílias serão abrangidas independentemente dos rendimentos e «poderão usar em qualquer estabelecimento creche». «O objetivo é que entre em vigor já no ano letivo 2020-2021», acrescentou.

Destaque ainda para previsão de criação de 4500 novas vagas em creches, nomeadamente no Porto, em Lisboa e em Setúbal.

“Quanto às licenças, teremos o alargamento da **licença obrigatória por parte do pai** a seguir ao nascimento, que passa para 20 dias úteis”, destacou a governante.

No âmbito do apoio aos jovens para constituírem família está prevista a **isenção fiscal parcial de 30%** no primeiro ano de entrada no mercado de trabalho.

“No fundo, o que queremos é um aumento do número de filhos por família. E, depois, também que os jovens atinjam a sua autonomização e independência e a capacidade de terem filhos”, sublinhou Ana Mendes Godinho.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE IPSS

SECTOR ECONOMIA SOCIAL

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS

- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENÇAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
 - TSR - Utentes
 - TSR - Bancos
 - TSR - Associados
 - TSR - Rendas
 - TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS) RECEITAS SEM PAPEL

entre outras

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

+ DE 40
APLICAÇÕES

+ DE 900
CLIENTES

100%
CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

MORADA
Rua dos Cutileiros, 2556
4835-044 Guimarães

TELEFONE |+351| 253 408 326
TELEMÓVEL |+351| 939 729 729

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt

tsr@tsr.pt



“VENTOS DE MUDANÇA”

Agência de energia do Oeste ajuda escolas e IPSS a poupar

O projeto “Ventos de Poupança”, promovido pela agência de energia do Oeste, resultou numa poupança anual de 23 mil euros para 29 escolas e IPSS que instalaram iluminação “LED” nas suas salas, divulgou a OesteSustentável.

No âmbito do projeto “Ventos de Poupança”, foram instaladas “1.450 lâmpadas “LED” (light-emitting diode) em 29 escolas e IPSS dos concelhos de Alcobaça, Alenquer, Barreiro, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Leiria, Moita, Montijo, Óbidos, Ourém, Peniche, Pombal, Seixal e Torres Vedras”, divulgou a OesteSustentável -- Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste, uma das agências promotoras do projeto.

De acordo com a OesteSustentável, este projeto resultou numa poupança de “23 mil euros por ano”.

As 1.450 lâmpadas LED” instaladas no Oeste

promovem, além da poupança económica, “uma poupança estimada de 129.801 quilowatt-hora por ano, evitando a emissão de cerca de 53,87 toneladas de Co2 para atmosfera”, refere o comunicado da agência de energia do Oeste.

O projeto, que terminou no final de 2019, atribuiu prémios a 29 escolas e a dez IPSS, onde foram instalados sistemas fotovoltaicos para autoconsumo e microturbinas eólicas.

O “Ventos de Poupança” promoveu também durante os dois últimos anos letivos atividades lúdico-pedagógicas usando a aplicação “ÉcomLógica” para smartphones, bem como outras ações relativas à eficiência energética e à cooperação social e intergeracional entre utentes de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e jovens de cerca de 42 escolas do 3º Ciclo e ensino secundário,

profissional e artístico.

No total, segundo a OesteSustentável, foi abrangido “um universo escolar de mais de 100 mil alunos” das áreas de abrangência desta agência, da AMESeixal -- Agência Municipal de Energia do Seixal, da Enerdura -- Agência Regional de Energia da Alta Estremadura e da S. Energia -- Agência Regional de Energia do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete.

O “Ventos de Poupança é financiado em 94,92% pelo PPEC -- Plano de Promoção na Poupança de Consumo de Energia Elétrica da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), e contou com as parcerias das Agências de Energia AMESeixal, Cascais Ambiente, Enerdura e S.Energia como parceiros responsáveis pela implementação do projeto nos seus territórios.

MADEIRA

Governo regional quer melhorar estatuto dos profissionais de apoio domiciliário

O presidente do Governo da Madeira afirmou ser necessário rever e melhorar o estatuto da carreira dos profissionais de apoio domiciliário, que são cada vez mais precisos face ao envelhecimento da população.

“Este é um serviço exemplar a nível regional e nacional”, declarou Miguel Albuquerque que hoje se deslocou às Associações Particulares de Solidariedade Social (IPSS) nos concelhos da Ribeira Brava (a Adenorma na zona oeste) e a Santana Cidade Solidária (ASCS), a quem entregou um total de três viaturas para apoio das atividades desenvolvidas.

O governante madeirense considerou que a inovação do apoio domiciliário prestado à população idosa na região “é fundamental para o futuro”, sendo necessário “melhorar a carreira, dar maior formação e aumentar a remuneração profissional a estes profissionais” para conseguir para manter as pessoas nas suas residências.

“Iniciámos uma revisão dos estatutos desta carreira para adaptá-la a nível regional, porque

vai ter cada vez mais relevância e importância na nossa vida social”, vincou.

No entender do chefe do governo insular de coligação PSD/CDS, “prestar cuidados em casa é muito mais eficaz para a melhoria e bem-estar das pessoas, contribuindo também para uma melhor operacionalidade e capacidade de resposta dos serviços”.

“Se a população está envelhecida deve-se ao progresso e desenvolvimento científico” também registado nesta região, na qual a “esperança média de vida aumentou para os 80 anos”, enalteceu.

Miguel Albuquerque defendeu que, face a este cenário, é imprescindível “ter capacidade de resposta para apoiar as pessoas mais idosas”, que classificou de uma “bênção”, porque não são “pessoas inúteis” visto que podem contribuir para a sociedade devido à sua “experiência acumulada”.

“Não podemos nos queixar, temos é de ter a capacidade de ajudar os mais idosos”, disse, enfatizando que hoje, devido ao progresso e ao desenvolvimento técnico e científico, a sociedade

tem “capacidade financeira, técnica e recursos para poder apoiar essa população”.

Mas, enfatizou que esta ajuda não significa “apenas dar coisas”, devendo a sociedade apostar na “capacidade de interagir” com a população sénior.

A Associação Santana Cidade Solidária (ASCS) recebeu duas viaturas a apoiar a resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, nomeadamente no transporte e distribuição de refeições e lavanderia, entre outras.

Uma viatura de nove lugares foi entregue por Miguel Albuquerque também à Associação de Desenvolvimento da Costa Norte da Madeira (ADENORMA), afeta sobretudo ao Centro Comunitário da Terceira Lombada, na freguesia da Ponta Delgada, com capacidade para 25 utentes.

Miguel Albuquerque realçou a importância da parceria com as IPSS, instituições que apontou serem “importantes e decisivas para cumprir a missão de coesão social”.

CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Primeiro CLDS 4G foi inaugurado em S. Pedro do Sul

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, considerou que os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) 4G são instrumentos fundamentais para ajudar a fixar pessoas nos territórios de baixa densidade.

Ana Mendes Godinho inaugurou, em S. Pedro do Sul, o primeiro CLDS 4G do país, que representou um investimento superior a meio milhão de euros e irá funcionar durante três anos.

“É bastante simbólico que seja S. Pedro do Sul a dar este pontapé de saída, mostrando a dinâmica dos territórios do interior, nesta que é

uma prioridade do combate à exclusão, do combate à pobreza, mas de ter também uma dinâmica de criação de condições para atrair mais pessoas para viverem nestes territórios”, disse a ministra no final da cerimónia.

Na sua opinião, as redes locais são fundamentais para “responder não só aos problemas diários das pessoas, mas também aos desafios de criar condições para fixar as pessoas”, contrariando a tendência para o envelhecimento da população.

A governante explicou que o CLDS 4G de S. Pedro do Sul vai “fazer o cruzamento

intergeracional”, tendo à sua frente uma equipa de seis pessoas a trabalhar num espaço da Rua Direita, que assim também ganha mais movimento.

Os CLDS 4G têm como objetivo promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social num determinado território, mobilizando para o efeito a ação integrada de diversos agentes e recursos localmente disponíveis.

São considerados um instrumento de combate à exclusão social fortemente marcado por uma intervenção de proximidade realizada em parceria.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A emergência do clima: a perspetiva Económica

O mundo vive uma verdadeira emergência climática.

Os sinais são evidentes: vagas de calor, episódios extremos de cheias e de seca, glaciares em recuo, etc.

Se é tão evidente que nos encaminhamos para o precipício porque não mudamos de vida?

Basicamente por duas razões: egoísmos nacionais e conflito de gerações.

O conflito de gerações é óbvio: quem toma as decisões – as pessoas da minha geração – não são os que vão sofrer as consequências mais graves. Quem as vai sofrer em cheio é a próxima geração e essa não tem poder.

É no fundo isso que anda a dizer Greta Thunberg. Folclore à parte (também não me agrada) a “pirralha” está plena de razão.

Depois existem os egoísmos nacionais - não é fácil distribuir o esforço por todos. Na verdade, os países pobres acham que têm o direito de aumentar as emissões porque isso é essencial para atingir padrões de desenvolvimento aceitáveis, os países ricos dizem que o fardo das reduções tem de suportado por todos.

Aparentemente não há grandes razões para ter esperança: a cimeira de Madrid acabou em nada, é tudo menos improvável que Donald Trump seja reeleito e a China continua a ter uma posição dúbia. Na verdade, só a Europa parece ter uma agenda progressista nesta matéria.

Reconheço que, porventura, se estivermos à espera de boa vontade e impulso político para resolver o problema podemos esperar sentados.

No entanto, eu agarro-me à desesperada esperança – acredito que o mundo, apesar dos conflitos intergeracionais e não obstante os egoísmos nacionais, encontrará uma solução. Ela virá de dois sítios: a tributação universal do carbono e a tecnologia.

A tecnologia está a fazer o seu caminho. Não passa um dia que não apareça um novo desenvolvimento em matéria das novas energias, das baterias, dos sistemas de armazenamento, etc.

Felizmente Portugal não está fora deste processo - um conhecido grupo económico português apresentou em meados do ano passado o protótipo de um autocarro a hidrogénio.

A tecnologia não pode fazer tudo.

É também necessário que o custo de emitir CO2 se traduza naquilo que pagamos pelos bens e serviços que consumimos.

Durante muito tempo (começa a não ser assim)

as energias renováveis não eram competitivas em preço com as energias convencionais. Era mais caro produzir energia elétrica com base no solar e no vento que, por exemplo, queimando carvão ou gás.

A forma que se encontrou de não matar à nascença as energias renováveis foi subsidiar a produção.

Não foi a solução ideal, contudo, ainda assim, atualmente, graças a um enorme progresso tecnológico, muita da produção eólica é competitiva com as fontes convencionais na ausência de subsídios e a energia solar vai a caminho.

Mas não chega – é necessário encontrar uma forma universal de tributar o carbono de modo que os bens e serviços que consumimos tenham um preço que reflita não só o custo direto de produzir, mas também o custo indireto de poluir.

Sabemos por experiência própria a tremenda eficácia dos estímulos fiscais. Durante anos as árvores que bordejam os nossos rios estavam pejudadas de restos de sacos plásticos das compras dos supermercados. Bastou uma taxa pouco mais que simbólica sobre os sacos de plástico e hoje é raro ver um resíduo plástico preso num salgueiro, num freixo ou num amieiro.

A taxa sobre as bebidas açucaradas também está a produzir efeitos muito significativos.

O problema com a tributação do carbono é que seria uma medida extremamente regressiva – de repente, tudo aquilo que compramos ficaria mais caro e mais caro de forma igual para o rico, o remediado ou o pobre.

Simplemente não é aceitável. A experiência em França mostra os riscos de uma abordagem deste tipo. Emmanuel Macron tentou substituir parte do imposto sobre as fortunas por um acréscimo de imposto sobre os combustíveis. Pensando que ficaria bem na fotografia tentou dar um ar progressista na reforma – ajudaria a mitigar os riscos do clima. A gente dos subúrbios, que depende absolutamente dos carros para viver, revoltou-se. Colocaram coletes amarelos e vieram para a rua – se é preciso salvar o planeta não pode ser só à custa dos mais pobres. Que todos se cheguem à frente!

Uma forma simples de resolver isto é o estado devolver a todo os cidadãos, numa base per capita simples, o total arrecadado em impostos sobre emissões.

Em média ficamos todos em casa, contudo, os mais pobres beneficiam. De facto, como a distribuição é por cabeça, os mais pobres beneficiam porque contribuem menos (compram menos bens

e serviços) e recebem o mesmo que os ricos, ou seja, acaba por se fazer bem ao planeta e, pelo caminho, mais justiça social.

Não estou aqui a falar de utopia. Nos Estados Unidos o plano Baker Shultz prevê um mecanismo similar ao descrito acima. Infelizmente, com a atual administração americana, a esperança de progresso nesta área é, para já, pequena.

No plano internacional também se colocam problemas complexos.

Os países mais atrasados, com emissões muito baixas, entendem que não devem ser obrigados a implementar uma taxa contra as emissões porque, ao contrário dos países desenvolvidos, necessitam aumentar as emissões para melhorar a qualidade de vida da população.

Vivemos num mundo em que as diferenças são enormes. No Uganda a emissão de CO2 per capita é de 0,1 toneladas enquanto nos Estados Unidos é de 16. Como pedir ao governo do Uganda que implemente uma taxa sobre o carbono?

Raghuram Rajan, o brilhante economista que foi um exemplar governador do banco central da Índia, apresentou recentemente no FT uma solução interessante.

Basicamente trata-se de criar um fundo internacional alimentado com uma taxa global sobre o carbono, em que os países com emissões superiores à média pagam e os países com emissões inferiores à média são ajudados nos seus esforços de desenvolvimento.

Todos têm um incentivo para reduzir emissões. Os países com emissões superiores à média global pagam para o fundo e têm, por isso, um incentivo para as reduzir. Os países com emissões inferiores à média receberão tanto mais quanto mais o seu processo de crescimento for pouco intensivo em carbono.

Para a constituição de um fundo com poder de fogo importante nem sequer estamos a falar de valores de tributação muito elevados – 10 USD por tonelada de CO2 seriam suficientes.

Não acredito que em 2020 seja finalmente estabelecido um sistema global de tributação do carbono e de ajuda aos mais pobres para salvar o planeta.

Mas não duvido que nos aproximaremos mais um pouco.

Mas, felizmente, também da pura economia mercantil, das iniciativas da economia privada, nos chegam sinais encorajadores.

Disso falaremos na próxima crónica.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





O interior de Portugal

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

OCDE

Portugal integra grupo de países onde aumentou a taxa dos sem-abrigo

O número de pessoas em situação sem-abrigo aumentou nos últimos anos em mais de um terço dos 35 países da Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), incluindo Portugal, segundo um relatório divulgado.

De acordo com o relatório, a taxa de sem-abrigo (medida como uma parcela da população total) aumentou na Austrália, no Chile, em Inglaterra, França, Islândia, Irlanda, Letónia, Luxemburgo, Países Baixos, Nova Zelândia, Portugal, Escócia, Estados Unidos e País de Gales.

Em alguns casos, acrescenta a OCDE, o aumento foi considerável: os sem-abrigo aumentaram 168% na Islândia entre 2009 e 2017, 157% em Portugal entre 2014 e 2018 e 107% na Irlanda entre 2014 e 2018 - embora em cada um desses países, o número de pessoas em sem-abrigo a taxa de desabrigados permaneceu em menos de 0,15% da população.

Tendências mais subtis podem ser observadas em países que recolhem dados anualmente: por exemplo, após um declínio geral no número dos sem-abrigo, os Estados Unidos registaram um aumento ligeiro entre 2017 e 2018.

O documento analisa não só o volume deste fenómeno, mas também o que terá levado estas pessoas a ficar em situação sem-abrigo, se a situação tem vindo a piorar, como é medido de país para país e o que pode ser feito para reduzir.

Segundo o documento, este é um fenómeno difícil de medir e ainda mais difícil de comparar entre os países.

“Não existe uma definição comum e a recolha de dados dos países difere no seu método e frequência”, refere a OCDE no relatório, indicando que por vezes essas diferenças existem até dentro do mesmo país, dependendo da organização que realiza a estatística.

A falta de um local onde viver afeta menos de 1% da população em toda a OCDE, mas preocupa mais de 1,9 milhão de pessoas.

Os chamados “sem teto crónicos” são um grupo pequeno, mas visível, que geralmente exige vários apoios.

Enquanto isso, um número elevado, e em alguns países crescente, fica temporariamente sem casa e também pode precisar de vários tipos de apoio, refere a OCDE, acrescentando que os rostos do sem-abrigo são cada vez mais diversos.

Em muitos países tornou-se mais prevalente entre mulheres, famílias com crianças, jovens, migrantes e idosos.

O que é ser um sem-abrigo na OCDE? A resposta depende de como se define o seu estado, o que varia de país para país, não existindo uma uniformização internacional da sua definição.

Em alguns países, a definição é restrita a pessoas que vivem nas ruas ou em espaços públicos e/ou que vivem em abrigos ou em outras acomodações de emergência: é o caso da Áustria, do Chile, de França, da Hungria, da Irlanda, de Itália, do Japão, da Letónia, da Lituânia, de Portugal, da Eslovénia, de Espanha e dos Estados Unidos.

Outros países aplicam uma definição mais ampla, que também inclui pessoas que são acolhidas por amigos e familiares: é o caso da Austrália, do Canadá, da República Checa, da Finlândia, da Alemanha, da Grécia, do Luxemburgo, da Nova Zelândia, da Noruega e da Suécia.

Além disso, existem também diferentes definições dentro de cada país, dependendo das autoridades que recolhem informação, produzido diferentes estimativas de sem-abrigo, no mesmo território.

Segundo a OCDE, a forma como o fenómeno é medido afeta quem é deixado de fora do sistema de controlo e ajuda.

O documento analisa algumas estratégias nacionais e conclui que as soluções devem ser adaptadas às diversas necessidades.

Além das medidas preventivas, as abordagens ‘Habitação em Primeiro Lugar’ ou “Housing first”, que permite a disponibilização imediata de um local para viver, juntamente com a prestação integrada de serviços, podem ser medidas eficazes para os chamados sem-abrigo crónicos.

Já o apoio de emergência, incluindo a rápida recolocação, pode ajudar os sem-abrigo em transição, defende a OCDE.

No território de Portugal continental há cerca de 4.400 pessoas sem teto ou sem casa, segundo um inquérito realizado entre fevereiro e maio no quadro da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo.

Segundo um resumo dos resultados deste inquérito divulgado em 2018, existiam 3.396 pessoas sem teto ou sem casa”, das quais “1.443 pessoas sem teto, isto é, a viver na rua, em espaços públicos, abrigos de emergência ou locais precários”, e “1.953 pessoas sem casa”, isto é, “a viver em equipamento onde a pernoita é limitada”.

De acordo com o mesmo documento “cerca de 45% do total das pessoas sem teto foram identificadas na Área Metropolitana de Lisboa (AML), com 644 pessoas”.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL